

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho de Ministros

Resolução n.º 146/2001 (2.ª série). — Pelo Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, foi criado o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, como órgão nacional de natureza consultiva que congrega os diversos interesses em presença, quer institucionais, quer dimanados da sociedade civil, o qual, de modo independente, constitui um fórum de reflexão útil à formulação de desenvolvimento da política de ambiente.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/98 (2.ª série), publicada em 14 de Abril de 1998, foram designados os elementos do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável a que se reporta a alínea b) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto.

Considerando que seis desses elementos — Dr. António Leal da Costa Lobo, Prof. Doutor Filipe Duarte Branco da Silva Santos, Prof. Doutor Manuel Victor Moreira Martins, Dr. Mário Salgado Baptista Coelho, Prof. Doutor José Manuel Domingos Pereira Miguel e Prof. Engenheiro Pedro Jorge Cravo de Aguiar Pinto — cessaram o seu mandato;

Assim:

Nos termos das alíneas e) e g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Designar, ao abrigo da alínea b) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, o Prof. Doutor Filipe Duarte Branco da Silva Santos, o Prof. Doutor Manuel Victor Moreira Martins, o Prof. Doutor Victor Manuel da Silva Santos, o Prof. Doutor José Manuel Lage Campelo Calheiros, o Prof. Doutor João Manuel Dias dos Santos Pereira e o Prof. Doutor Luís Eugénio Caldas Veiga da Cunha elementos do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.

2 — A presente resolução produz efeitos a partir da data da sua publicação.

29 de Novembro de 2001. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho n.º 25 889/2001 (2.ª série). — Considerando que o Regulamento das Delegações Regionais e dos Núcleos Distritais e Locais do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência, aprovado pela Portaria n.º 109/2001, de 22 de Fevereiro, determinou, no seu artigo 13.º, na área correspondente ao distrito de Lisboa, a existência de três núcleos designados por Lisboa Norte, Lisboa Sul e Lisboa Centro e, na área correspondente ao distrito do Porto, dois núcleos, designados por Porto Leste e Porto Oeste;

Considerando que, nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do referido Regulamento, a área dos concelhos em que os núcleos distritais mencionados no parágrafo antecedente exercem a sua actividade e a localização das respectivas sedes são definidos por despacho do membro do Governo responsável pela política da droga e da toxicodependência;

Considerando que o Instituto Português da Droga e da Toxicodependência está em condições de instalar desde já os três núcleos em Lisboa e os dois núcleos no Porto:

Determino, ao abrigo do disposto no artigo 13.º do Regulamento das Delegações Regionais e dos Núcleos Distritais e Locais do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência, aprovado pela Portaria n.º 109/2001, de 22 de Fevereiro, o seguinte:

1 — A área dos concelhos abrangidos pelos Núcleos Distritais de Lisboa Norte, Lisboa Centro e Lisboa Sul é a seguinte:

Lisboa Norte — Vila Franca de Xira, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Lourinhã, Mafra, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, sendo a sua sede localizada em Vila Franca de Xira;

Lisboa Centro — Lisboa, sendo a sua sede localizada em Lisboa; Lisboa Sul — Sintra, Amadora, Cascais, Loures, Odivelas e Oeiras, sendo a sua sede localizada em Sintra.

2 — A área dos concelhos abrangidos pelos Núcleos Distritais do Porto Leste e do Porto Oeste é a seguinte:

Porto Leste — Penafiel, Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Paredes, sendo a sua sede localizada em Penafiel;

Porto Oeste — Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia, sendo a sua sede localizada no Porto.

30 de Novembro de 2001. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Vitalino José Ferreira Prova Canas*.

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA JUSTIÇA

Portaria n.º 2156/2001 (2.ª série). — Nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, os Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Justiça podem nomear oficiais de ligação de entre pessoal de investigação criminal da Polícia Judiciária para acreditação junto de países estrangeiros ou de organismos internacionais, em função de interesses nacionais e de compromissos assumidos no âmbito da cooperação.

A acção dos oficiais de ligação tem um papel de decisiva importância na luta contra o crime organizado de natureza transnacional, com especial incidência no combate ao terrorismo.

Dentro da contingência estabelecida pelo despacho conjunto n.º 978/2000, de 14 de Setembro, dos Ministros das Finanças e da Justiça, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 30 de Setembro de 2000, mostra-se necessário proceder à colocação de um oficial de ligação na EUROPOL para integrar a equipa de especialistas em contraterrorismo.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro:

Manda os Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Justiça o seguinte:

1.º É nomeado oficial de ligação para a EUROPOL o licenciado João Paulo Pereira Ventura, inspector-chefe.

2.º A nomeação é feita em regime de comissão de serviço, por seis meses, prorrogáveis, e por urgente conveniência de serviço.

30 de Novembro de 2001. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama*. — O Ministro da Justiça, *António Luís Santos Costa*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Portaria n.º 2157/2001 (2.ª série). — A Câmara Municipal de Mourão solicitou a cessão do Posto Fronteiriço de São Leonardo, sito na freguesia e concelho de Mourão, para implementação de um empreendimento turístico que potencie o desenvolvimento do concelho e da região.

Assim:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, o seguinte:

1.º Autorizar, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março, a cessão, a título definitivo, ao município de Mourão do Posto Fronteiriço de São Leonardo, composto do prédio rústico e urbano inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 012.0001.0000 e na matriz urbana sob o artigo 991 da freguesia de Mourão, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 01582/960508 e registado a favor do Estado Português pela inscrição G-1.

2.º Reconhecer o interesse público da cessão, uma vez que o imóvel se destina à implementação de um empreendimento turístico que potencie o desenvolvimento do concelho e da região.

3.º A presente cessão efectua-se mediante a compensação de 31 600 000\$ (€ 157 620,14), a pagar no acto da assinatura do auto de cessão, que deverá ocorrer no prazo de 90 dias após a publicação deste portaria.

4.º Esta cessão fica sujeita ao preceituado no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março, não tendo o cessionário direito à restituição de importâncias pagas ou à indemnização por benfeitorias realizadas, devendo o imóvel ser afecto ao fim que justifica a cessão no prazo máximo de dois anos.

30 de Novembro de 2001. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador*.